



ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO EDUCAÇÃO-SAÚDE

Fabiana Silva Zuttin Cavalcante¹

Regina Célia Passos Ribeiro de Campos²

RESUMO

Com o advento da inclusão escolar nos últimos tempos, pesquisadores têm estudado o tema da deficiência, como forma de possibilitar o reconhecimento da diversidade humana e o desenvolvimento de estratégias para favorecer o processo inclusivo desse público. O objetivo deste trabalho foi compreender, entre estudos brasileiros sobre a deficiência física, localizados em um Portal on-line sobre Inclusão Escolar, como são propostas pelos pesquisadores as articulações entre Educação e Saúde. Os dados foram coletados pela revisão narrativa das 68 pesquisas do Portal, que contemplaram a temática da deficiência física. A partir da análise de conteúdo, os resultados demonstraram que pouco se tem pesquisado sobre a deficiência física nessa interface Educação e Saúde e somente 7,5% focalizaram esse público. As conclusões apontaram para a urgência de ampliar esse universo, com pesquisas direcionadas à deficiência física e contribuir para a articulação entre os dois campos de conhecimento - a Educação e a Saúde.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Deficiência física. Educação e Saúde.

ABSTRACT

With the advent of school inclusion in recent times, researchers have studied the topic of disability as a way to enable the recognition of human diversity and the development of strategies to favor the inclusive process of this public. The objective of this work was to understand, among Brazilian studies on physical disability, located in an online Portal on School Inclusion, how the links between Education and Health are proposed by researchers. Data were collected through the narrative review of 68 Portal surveys that covered the subject of physical disability. From the content analysis, the results showed that little has been researched about the physical disability in this interface Education and Health and only 7.5% focused on this public. The conclusions pointed to the urgency of expanding this universe with research aimed at physical disability and contributing to the articulation between the two fields of knowledge - Education and Health.

¹ Graduada em Terapia Ocupacional e Pedagogia. Mestre em Educação Especial. Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG. E-mail: fabianazuttin@yahoo.com.br

² Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais – GEINE. Departamento de Ciências Aplicadas à Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: geine.ufmg@gmail.com



Keywords: School inclusion. Physical disability. Education and Health.

INTRODUÇÃO

A articulação entre as áreas de Educação e Saúde aparece como um grande desafio para o sistema educacional brasileiro. Apesar de, nos últimos anos, a democratização da saúde e da educação terem como características a descentralização das ações, ainda há um hiato entre esses dois campos, que na prática escolar estão muito próximos, mas na realidade das pesquisas ainda são campos estanques e pouco articulados (REZENDE; DANTAS, 2009). Por essa razão, escolhemos o cenário da educação inclusiva, mais especificamente, a inclusão de crianças e jovens com deficiência física, para buscar, entre as pesquisas das diferentes áreas, articulações que destaquem um novo cenário.

De acordo com Silva, Molero e Roman (2016), a integração entre os setores da saúde e da educação para promoção de um sistema educacional inclusivo exige algumas estratégias, com o objetivo de proporcionar que os sujeitos trabalhem coletivamente em prol da educação para todos. Destaca-se a necessidade dos profissionais de saúde compreender os problemas e as demandas escolares, bem como a articulação entre as instituições acadêmicas e as redes de serviços para o desenvolvimento de pesquisas, métodos e formação contínua. Ademais, é necessária uma proposta de reestruturação do funcionamento escolar, que valorize professores e alunos, oferecendo melhores condições de um fazer educativo, que promova o desenvolvimento e aprendizagem de todos.

Ao longo dos últimos anos, tem-se observado debates acerca da inclusão educacional dos alunos do público alvo da educação especial. De acordo com Vilaronga e Mendes (2014), as propostas discutidas na perspectiva da inclusão escolar mostram que há dificuldades não somente para garantir o acesso, mas para a permanência e o aprendizado desses alunos matriculados em classes comuns, uma vez que construir uma escola inclusiva é um grande desafio em um país com desigualdades infindáveis.

Em meio à complexidade do contexto educacional brasileiro, torna-se relevante considerar que da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) aos dias atuais com a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI 13.146/15), diversas legislações foram publicadas, visando garantir o direito à inclusão escolar deste público-alvo. Legislações determinam, orientam e regularizam o atendimento às pessoas com deficiência, no sentido de promover a igualdade de direitos. Tais normatizações têm servido como respaldo jurídico e instrumento de luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência.



Observa-se, no entanto, que das legislações a respeito do processo inclusivo, nos diversos contextos educacionais do país, ainda há muito a ser feito para que a igualdade de oportunidades, convívio com as diversidades, valorização da pluralidade cultural e aproximação das diferenças aconteça (MITTLER, 2003; MAZZOTA; SOUZA, 2000; KUPFER *et al.*, 2000; BUENO, 1999).

Os temas Inclusão Escolar e Deficiência Física tem sido foco de questões do ponto de vista teórico, no campo da Educação e da Educação Especial. Mendes (2002, 2006, 2012) afirma que o debate sobre inclusão é polêmico, pelos argumentos de que a inclusão é novo paradigma e há evidências de que os professores apresentam dificuldades acerca da educação dessas crianças.

No decorrer do trabalho de pesquisa realizado pelo Grupo GEINE/ UFMG (Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais), a equipe de pesquisadores e bolsistas visitam escolas da educação básica na cidade de Belo Horizonte e se depara com um grande número de professores das salas comuns que ainda encontram dificuldades para incluir o público-alvo da Educação Especial. Esse quadro tem se repetido em várias regiões do Brasil, conforme pesquisadores têm observado a prática pedagógica nas escolas da educação básica.

Na nossa prática de pesquisa, observa-se que são diversos os argumentos que preponderam no discurso dos professores, sendo o desafio maior ligado aos processos cognitivos da aprendizagem. Além desses aspectos, acrescentam-se questões sobre como as famílias, profissionais de outras áreas e como os próprios sujeitos com deficiência lidam com esse novo panorama nas esferas em que vivem.

O foco do presente estudo, portanto, está localizado na temática da Deficiência Física que, para fins de sistematização, englobará pesquisas sobre “Paralisia Cerebral”, “Deficiência física” e “Deficiência Motora” conforme dispostas no Portal on-line sobre Inclusão Escolar.

Segundo Schirmer *et al.*, em um trabalho publicado pelo MEC (2007), a deficiência física pode ser compreendida como uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Pode apresentar-se sob a forma de amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, excluídas as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

A Paralisia Cerebral (PC), um dos quadros mais complexos presente em estudantes com deficiência física incluídos na escola, é caracterizada por um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e da postura, ocasionando dificuldades para as atividades cotidianas e escolares. Esse quadro é



decorrente de lesões cerebrais não progressivas que ocorreram no cérebro infantil ainda em formação (ROSENBAUM *et al.*, 2007).

A partir das considerações delineadas acima, tornou-se necessário verificar o que os pesquisadores brasileiros pensam sobre a questão da deficiência física e o processo inclusivo nas escolas comuns. Teses e dissertações que, direta ou indiretamente, têm explicitado como questão ou objetivo a Deficiência Física e o processo de inclusão escolar foram localizadas por um levantamento realizado no Portal on-line sobre Inclusão Escolar.

Esse Portal on-line denominado Portal GEINE de Inclusão Escolar foi escolhido como *locus* desta pesquisa, por ser um banco de dados público e gratuito, que reúne teses e dissertações sobre a questão da inclusão escolar do público-alvo da educação especial (CAMPOS, 2016). Como se trata de pesquisas selecionadas por uma equipe de professores da Educação Básica que consideraram estes estudos relevantes para o processo de inclusão escolar em nosso país, acreditamos que seria legítimo e interessante pesquisar nesse ambiente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo localizou no Portal Online de Inclusão Escolar, por um levantamento bibliográfico, apenas 68 pesquisas das 906 produções científicas dispostas nesse ambiente.

Esses 68 trabalhos científicos focalizam como sujeitos da pesquisa, pessoas com deficiência física na interface entre Educação e Saúde. A classificação por tipo de deficiência apontou que 46 focalizaram os quadros de Paralisia Cerebral, 10 a temática da deficiência física em geral e 12 a temática das deficiências motoras, segundo a nomenclatura utilizada pelos autores nas suas produções científicas.

Após essa seleção, foi realizada a leitura dos resumos de tais estudos, visando sistematizar e analisar o conteúdo destes estudos e, em seguida, a leitura de um trabalho completo de cada temática, buscando organizar algumas categorias de análise.

A presente análise considerou os seguintes dados: população estudada, assunto, objetivo do estudo, ano de publicação, nome do autor e tipo da pesquisa. Além da análise quantitativa, que visou a sistematização dos dados, foi realizada a análise de conteúdo acerca das variáveis relacionadas ao contexto familiar, escolar e/ou terapêutico aplicado a esse público-alvo, resultados obtidos e considerações finais. Para conhecer a



abrangência do processo de construção do conhecimento, realizamos, por fim, uma análise comparativa entre autores, buscando agrupar os estudos, a partir da ótica da concordância e discordância, localizando argumentos similares ou divergentes entre os pesquisadores.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 68 pesquisas localizadas se encontram nas seguintes pastas temáticas do Portal Online de Inclusão Escolar:

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas sobre deficiência física e inclusão escolar

Pastas Temáticas	Nº. de Pesquisas
Avaliação Diagnóstica	20
Relações Interpessoais	14
Tecnologia Assistiva	12
Acessibilidade	7
Prática Docente	5
Formação do Professor	4
Conceitos Teóricos	3
Avaliação Pedagógica	2
Trabalho e Condição docente	1
Política Educacional, Currículo Escolar, Atendimento Educacional Especializado, Braille e Libras	0
TOTAL	68

Fonte: Portal Online de Inclusão Escolar (2017)



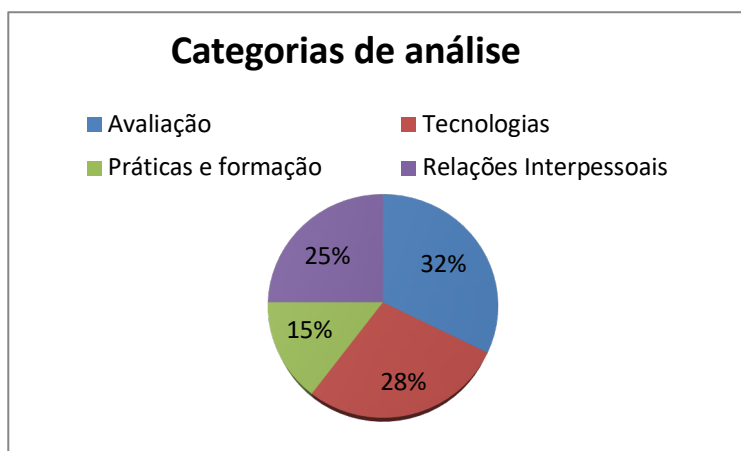
A Tabela 1 demonstra que no Portal há um maior número de pesquisas direcionadas aos sujeitos com deficiência física nas pastas temáticas denominadas “Avaliação Diagnóstica”, contendo 20 estudos. Esse dado indica que, mesmo na interface com a escola, a discussão do diagnóstico se encontra presente como direcionador das ações pedagógicas sobre esse estudante. Tal número, entretanto, revela-se pequeno, mediante a urgente necessidade de compreensão dos problemas clínicos que se manifestam na escola. O número de 14 produções científicas na pasta intitulada “Relações interpessoais” pode indicar que há entre os pesquisadores a preocupação com as relações familiares e a interação entre os pares. Os 12 trabalhos em “Tecnologia Assistiva” e os sete sobre “Acessibilidade” revelam a preocupação de alguns pesquisadores com os recursos e as formas de comunicação e acesso ao conhecimento, bem como a discussão sobre a estrutura da escola e o acesso ao espaço escolar para esses estudantes. As pastas nomeadas “Prática docente” (cinco), “Formação do Professor” (quatro), “Conceitos Teóricos” (três), “Avaliação Pedagógica” (dois) e “Trabalho e Condição docente” (um), totalizam 15 trabalhos que diretamente abordam o contexto escolar inclusivo de estudantes com deficiência física.

A ausência de teses e dissertações nas seguintes pastas: “Atendimento Educacional Especializado”, “Braille”; “Libras”; “Política Educacional” e “Currículo Escolar” indica a urgência por se ampliar e/ou direcionar para esse campo do conhecimento estudos científicos que tratem desse público-alvo da Educação Especial. Vale ressaltar que os indicadores Braille e Libras foram mantidos devido ao fato de poderem estar associados a alguns quadros de Deficiência Física, especialmente ao da Paralisia Cerebral.

Retomando a tabela acima, foram realizadas novas categorizações para fins de análise. As pastas temáticas foram classificadas em quatro grandes categorias: “Avaliação” (A) = engloba a Avaliação Diagnóstica e a Pedagógica; “Tecnologias” (T) – reúnem a Tecnologia Assistiva e Acessibilidade; “Práticas e formação” (PF) – engloba a “Prática docente, a Formação do professor e o Trabalho e Condição Docente” e “Relações interpessoais” (RI) – engloba a “relações interpessoais e conceitos teóricos”.

O Gráfico 1 ilustra a divisão das pastas temáticas de acordo com cada categoria mencionada, bem como a porcentagem referente à quantidade de trabalhos científicos em cada área.

Gráfico 1 – Divisão das pesquisas sobre deficiência física e inclusão escolar, de acordo com as categorias de análise



Fonte: Portal Online de Inclusão Escolar (2017)

A categoria “Avaliação” (A) contempla estudos sobre a Avaliação Diagnóstica e a Avaliação Pedagógica, correspondendo a 32% do total de pesquisas relacionadas à temática da Deficiência Física. Duas pesquisas discutem questões acerca da Avaliação Pedagógica dos alunos público-alvo da Educação Especial em diferentes níveis de ensino da Educação Básica. Paixão (2012), na área da psicologia experimental, investigou o efeito de um procedimento de ensino com base na utilização de sílabas e atividades de consciência fonológica, visando avaliar o desempenho da leitura de crianças com paralisia cerebral. Os resultados indicaram que as diferenças individuais dos sujeitos se devem à história e às características neurológicas de cada um e recomenda a individualização do ensino, a divisão do conteúdo em etapas e a generalização da leitura para ambientes naturais da criança. É importante lembrar, entretanto, que na diversidade das turmas inclusivas, esses procedimentos precisam ser adaptados e uma aula planejada coletivamente, para que todos consigam participar com as suas diferenças.

A pesquisa de Rezio (2012) descreveu o nível de independência funcional, motricidade grossa e participação escolar de crianças com PC. Enfatizamos as contribuições deste estudo para a caracterização do desempenho funcional desses alunos; as adaptações necessárias para o meio escolar; o direcionamento para escolha de avaliações e apoios fornecidos, além das intervenções terapêuticas extraclasses. Os resultados demonstraram que as crianças que apresentam maior nível de independência funcional e melhor desempenho na função motora recebem menos adaptações e apoio nas suas atividades escolares. Por sua vez, crianças mais dependentes na funcionalidade e na motricidade grossa recebem mais apoio e adaptação nas atividades



escolares e apresentam mais dificuldades nas relações sociais. Esse dado nos faz questionar sobre a demanda por autonomia do sujeito com deficiência física, uma vez que quanto mais apoio precisa, menor o seu desempenho e maior a dificuldade nas relações sociais, o que indica que seu grau de autonomia e interação fica muito comprometido no ambiente escolar.

Um número significativo de 20 pesquisas se refere à Avaliação Diagnóstica e ilustra estudos multidisciplinares que articulam as áreas Saúde e Educação, tendo por base parâmetros de desenvolvimento físico, mental e social dos estudantes com deficiência física. Dentre os temas, receberam destaque estudos sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF); a validação de testes de habilidades motoras para esporte adaptado; as dificuldades de mastigação e de interação linguística; os efeitos de intervenções da dança e do uso de alta intensidade para a funcionalidade de membros superiores; a percepção e a representação corporal; a relação entre a visão, o controle postural e o processo de aprendizagem; além de estudos que retratam a parceria de profissionais da saúde e familiares.

Andrade (2012) e Teymeny (2011) enfatizaram a urgência pela adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como medida de avaliação e reabilitação de crianças com disfunções neurológicas, dentre elas, a Paralisia Cerebral. A CIF é uma classificação que propõe retratar aspectos de funcionalidade, incapacidade e saúde, considerando o caráter multidisciplinar e o contexto dos sujeitos, podendo ser utilizada em todas as culturas. A estrutura dessa classificação está organizada em três componentes: funções e estruturas corporais; atividade/participação e o contexto (ambientais e pessoais) (NUBILA; BUCHALLA, 2008). Os resultados dos estudos de Andrade (2012) e Teymeny (2011) revelaram que considerar a classificação da CIF no processo de avaliação diagnóstica e pedagógica ajuda a entender as barreiras e os facilitadores para a funcionalidade dos sujeitos com Paralisia Cerebral.

Maia (2012) e Brandão (2012) estudaram intervenções terapêuticas para sujeitos com Paralisia Cerebral, visando avaliar a funcionalidade destes sujeitos, com base em recursos específicos. Brandão (2012) utilizou a Terapia de Movimento Induzido por Restrição (CIMT) e o Treinamento Intensivo Bimanual de Braço-Mão (HABIT), para promover a funcionalidade de crianças com Paralisia Cerebral do tipo Hemiparesia Espástica. Os resultados desta pesquisa revelaram que o uso das mãos por crianças com esse tipo de deficiência é influenciado por fatores do contexto pessoal e ambiental, que podem facilitar ou dificultar o desempenho funcional das mãos. Maia (2012) utilizou a dança como recurso estimulante para o desenvolvimento de aspectos motores, cognitivos e interativos, revelando que há impactos e modificações significativas nesses quesitos com a utilização das atividades de dança.



O estudo de Oliveira (2012) buscou verificar a concordância entre o perfil de funcionalidade nas áreas de autocuidado, mobilidade, função social de crianças com PC, sob a ótica da avaliação de cuidadores e profissionais da reabilitação. Seus resultados apontaram consenso entre cuidadores e profissionais quanto às habilidades funcionais das crianças e a necessidade de assistência dos cuidadores para a realização das atividades funcionais, entretanto, esses profissionais discordam quanto às modificações do ambiente cotidiano das crianças. Esses dados nos levam a pensar que é preciso existir maior comunicação e inter-relação entre profissionais e cuidadores, uma vez que a autora enfatiza como as parcerias estabelecidas podem auxiliar na potencialização da funcionalidade das crianças nos diferentes contextos e melhorar as condições de saúde dos cuidadores envolvidos, se ambos entrarem em consenso e trabalharem de forma complementar.

Estudos anteriores já enfatizavam a necessidade de criarmos uma rede de apoio para debater ideias, resolver problemas e compartilhar conhecimento sobre métodos, técnicas e atividades, visando auxiliar crianças e jovens com deficiência física e todos os envolvidos neste contexto. Essa rede pode ser constituída por alunos, diretores, pais, professores, especialistas em Educação Especial, psicólogos, terapeutas e supervisores (SCAFFNER; BUSWELL, 1999; BERSCH, 2006).

A categoria “Tecnologia” (T) congrega 12 estudos referentes ao uso dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA) no processo inclusivo de alunos com deficiência física e 7 pesquisas que direcionaram os temas às questões relacionadas à Acessibilidade, ou seja, à organização e à adaptação dos espaços escolares, bem como a disponibilização de recursos pedagógicos para acesso ao conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento deste público-alvo da Educação Especial, totalizando 28% das pesquisas relacionadas a essa temática no Portal Online de Inclusão Escolar.

A classificação da Tecnologia Assistiva proposta por Bersch (2006) reúne os seguintes itens: auxílios para a vida diária e a vida prática, materiais pedagógicos e escolares especiais; comunicação aumentativa e alternativa; recursos de acessibilidade ao computador; adequação postural (mobiliário e posicionamento) e mobilidade; recursos para cegos ou pessoas com visão subnormal; recursos para surdos ou pessoas com déficits auditivos; projetos arquitetônicos para acessibilidade; adaptações em veículos escolares para acessibilidade, dentre outros fatores.

Observamos que um número significativo de pesquisas abordou a modalidade da TA denominada “adequação postural” como um elemento importante a ser considerado na inclusão de alunos com deficiência física. O estudo de Spiller (2012), por exemplo, elaborou uma prancha ortostática para os alunos com Paralisia Cerebral, a fim de favorecer a participação nas atividades escolares e nos atendimentos clínicos. A prancha ortostática é um recurso de TA utilizado para adequação postural em pé (BERSCH, 2008). A análise de Spiller



(2012) revela os benefícios da prancha ortostática para alunos com comprometimentos físicos e profissionais da Saúde e Educação, uma vez que melhora qualitativamente a atenção, comunicação, posicionamento, movimentação de cabeça dos alunos e segurança em relação a sua utilização.

A tese de Borges (2011) também aborda o mesmo tema da adequação postural, explicitando os efeitos terapêuticos de um simulador de equitação no controle postural sentado de crianças com Paralisia Cerebral do tipo diplegia espástica. Os resultados demonstraram que este recurso possibilitou melhora significativa no controle postural de crianças sentadas, além de oferecer a maior funcionalidade e a aceitação na intervenção terapêutica.

Os estudos de Codogno (2011), Moreira (2012) e Senna (2012) evidenciaram recursos de Tecnologia Assistiva que podem favorecer o controle postural e acessibilidade pela mobilidade funcional para alunos com Deficiência Física.

Codogno (2011) realizou dois estudos com alunos com Paralisia Cerebral para avaliar especificamente, no primeiro estudo, as condições do mobiliário escolar existente na escola e as habilidades motoras finas destes participantes durante a realização das atividades pedagógicas. O segundo estudo avaliou a influência do mobiliário adequado, levando em consideração as medidas antropométricas do aluno para o desempenho da coordenação motora fina. A autora ressaltou a necessidade do trabalho colaborativo de profissionais da área da saúde no contexto escolar e concluiu que um mobiliário adequado melhora consideravelmente o posicionamento do aluno e propicia qualidade de rendimento durante as suas atividades escolares.

Ao elaborar uma cadeira de rodas infantil, Senna (2012) destacou a relevância do uso deste recurso para a mobilidade e a interação social de um aluno com deficiência física em contexto escolar.

A pesquisa de Moreira (2012) propôs a utilização da Realidade Virtual pelo uso do videogame Nintendo Wii (Nintendo®) para auxiliar a qualidade do controle postural e da mobilidade funcional de doze crianças com PC. Essa pesquisa utilizou diversas escalas de avaliação, para verificar o nível funcional desses sujeitos em relação à função motora grossa. Os resultados apontaram que apesar da ausência de diferença estatística, os participantes permaneceram em um controle postural melhor e mais estável nas suas atividades funcionais, sugerindo, assim, uma melhoria na função motora grossa.

Observamos que a temática adequação postural se sobressaiu na categoria “Tecnologia”, o que revela uma importante articulação entre Educação e Saúde, cabendo ao professor e demais pessoas envolvidas buscar adquirir e/ou reunir essas áreas de conhecimento.



A questão tecnológica avança para o debate do conhecimento eletroeletrônico. Jogos digitais com enfoque na Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) são propostos como ferramenta para a aprendizagem deste público-alvo da Educação Especial. Cunha (2011) produziu um jogo da memória digital com a temática das Atividades de Vida Diária (AVD's) e Ferreira (2011) propôs jogos digitais com diferentes temas: Segurança Alimentar, Segurança Pública e Cidade Sustentável. É importante observar que ambos os estudos destacam as vias da atividade lúdica digital e do uso dos recursos de CAA, como canais de atuação para acionar os processos de aprendizagem, desenvolvimento e comunicação às crianças com Paralisia Cerebral.

Além desses, destacam-se trabalhos que utilizaram a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como recurso facilitador para acessibilidade desse público-alvo. A pesquisa de Silva (2011) avaliou a interação professor-aluno com Paralisia Cerebral antes e após a introdução da CAA e concluiu que o uso desse recurso melhora a qualidade das interações entre professora e aluna com Paralisia Cerebral.

Martins (2011) desenvolveu uma pesquisa-ação envolvendo a participação de quatro alunos com PC e seus respectivos professores do atendimento educacional especializado (AEE). O autor propôs a utilização de fluxogramas para orientar e avaliar os recursos de acessibilidade ao computador e à CAA (prancha e cartões de CAA personalizadas, vocalizadores; apontadores de cabeça; recursos alternativos de teclado e mouse; acionadores de pressão, dentre outros meios), concluindo que o fluxograma pode auxiliar no desenvolvimento de novos produtos e recursos inclusivos.

Outros estudos de Nickel (2012) e Silva (2012) também abordaram o uso dos recursos de TA no processo de inclusão escolar, embora enfatizando as dificuldades encontradas nesse contexto. A ausência de formação continuada e o desconhecimento dos recursos de TA pelos professores da sala regular são apontados como barreiras para a prática docente e o processo de inclusão dos alunos com deficiência. Com ênfase nas políticas públicas, a dissertação de Nascimento (2012) verificou se as leis e políticas públicas propostas pelo Ministério da Educação (MEC) sobre a acessibilidade dos alunos com PC estão sendo cumpridas nas escolas. Foi constatado que embora haja consideráveis avanços relacionados à capacitação dos professores, matrícula, acessibilidade arquitetônica e atividades extraclasse, registram-se fragilidades quanto às concepções do professor acerca da Paralisia Cerebral e do processo de ensino aprendizagem, além de dificuldade de acessibilidade do mobiliário, pouco uso do computador como recurso pedagógico e barreiras em relação à comunicação e locomoção e transporte para a escola.

Uma das pesquisas que articula de forma direta a saúde e a educação é a pesquisa de Vieira (2011), que enfatiza a ação da fisioterapia durante a inclusão escolar de crianças com Paralisia Cerebral e a percepção



de mães, professoras e fisioterapeutas envolvidas neste processo. Esse estudo corrobora com o relato de Codogno (2011) delineado anteriormente, que afirma a necessidade de inclusão e acessibilidade de outros profissionais da saúde no contexto escolar.

Sobre o trabalho colaborativo entre professores e profissionais da saúde, Zanata (2004) e Loiola (2005) já destacavam como essa parceria pode criar um primoroso espaço de aprendizagem, pois permite a identificação das demandas e possibilita a troca de conhecimentos e transformação das suas práticas.

A categoria “Práticas e formação” (PF) reúne 15% das pesquisas, englobando as pastas temáticas: Prática docente; Formação do professor e Trabalho e condição docente. Foram encontradas cinco produções científicas que se direcionam para o foco do trabalho do professor diante dos desafios propostos pela inclusão escolar de alunos com deficiência física; quatro pesquisas que focalizaram a necessidade de formação destes profissionais em relação a esse tipo de deficiência e um estudo que abordou questões relacionadas às condições de trabalho dos professores com a deficiência física na educação básica. Nessa última produção, os resultados demonstraram a fragilidade existente nas políticas de Educação Inclusiva em relação ao trabalho docente em que os próprios professores da rede pública têm deficiência física (MENEGUELLI JR., 2011).

As dissertações de Lima (2011) e Silva (2011) apontaram dificuldades de inclusão escolar de alunos com Paralisia Cerebral relacionada ao comprometimento motor que afeta a realização das atividades de vida diária e às barreiras arquitetônicas e atitudinais existentes no contexto escolar. Esses dois estudos delineados corroboram com o relato de Lourenço (2012), que pontua dificuldades quanto à acessibilidade física, bem como ausência de equipamento escolar adaptado às necessidades dos alunos com Paralisia Cerebral.

Se por um lado se observam nas pesquisas recorrentes registros acerca das dificuldades de acesso e permanência do aluno com PC em sala de aula, da falta de recursos, materiais adequados e obstáculos vivenciados pelo professor ao lidar com o processo de aprendizagem, por outro lado, as pesquisas suscitam a necessidade de mudanças em relação às práticas inclusivas, o distanciamento observado entre a relação teórico-prática e apontam novas estratégias para a prática docente.

Direcionada aos professores de Educação Física, a tese de Miron (2011) ilustra o esporte adaptado para alunos com e sem deficiência física, na modalidade do vôlei sentado. Esse estudo buscou analisar um programa de ensino por jogos e atividades lúdicas ministrados na posição sentada, a fim de possibilitar vivências e sensibilização frente à inclusão escolar de alunos com deficiência física. Barbosa (2012) abordou a prática docente em artes visuais, concebendo-a como recurso facilitador para o desenvolvimento dos sentidos e da consciência corporal de crianças com Paralisia Cerebral, demonstrando ser possível a inclusão cultural desses alunos pela via da participação em exposições e espaços culturais. Outro estudo interessante, o de Lopes



(2012), apontou a importância de se brincar como instrumento facilitador da prática docente para crianças com Paralisia Cerebral no contexto da Educação Infantil. Os cinco estudos demonstraram que, dentro da especificidade de cada área, a inclusão escolar é possível desde que a prática docente seja planejada e adaptada para enfrentar os desafios da nova realidade educacional.

Nessa pasta foram encontradas, ainda, quatro pesquisas que focalizaram a formação desses profissionais em relação à inclusão de estudantes com Deficiências Físicas. As pesquisas observaram a urgência por formação continuada e a realização de mudanças nas políticas públicas para se efetivar a inclusão dos alunos com Deficiência Física. Sameshima (2011) e Russo (2011) enfatizaram a parceria no trabalho colaborativo entre profissionais da Saúde e Educação, bem como o uso de recursos de Tecnologia Assistiva para favorecer o processo inclusivo destes alunos.

Estudos de Sameshima (2011) e Araújo (2012) destacaram a necessidade de capacitar os professores da Educação Básica para o uso dos sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) na adaptação das atividades pedagógicas, proporcionando maior qualidade na participação dos alunos com deficiência física nos diversos contextos escolares. Os Sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) são um conjunto de imagens e signos que pode ser utilizada para a comunicação com pessoas com distúrbios da linguagem oral e são considerados recursos de Tecnologia Assistiva (BERSCH, 2006).

Com o enfoque no uso dos recursos de Tecnologia Assistiva e capacitação dos professores, Lourenço (2012) avaliou os efeitos de um programa de formação dos profissionais de Saúde e Educação na implementação de recursos de Alta Tecnologia Assistiva para favorecer o processo de escolarização de alunos com Paralisia Cerebral. Os resultados também demonstraram a urgência da formação continuada desses profissionais, sendo essencial a manutenção das práticas inclusivas do trabalho colaborativo para proporcionar ao aluno com deficiência física, acesso, permanência e sucesso no processo de inclusão escolar.

Por fim, a categoria “Relações interpessoais” contempla 25% das pesquisas englobando as pastas temáticas: Relações interpessoais e Conceitos teóricos. Três trabalhos de mestrado discutem teorias e/ou conceitos em uma perspectiva de pesquisa documental ou bibliográfica sem adentrar no campo empírico. No entanto, 14 estudos tratam de questões sociais relacionadas ao campo da Deficiência Física, enfatizando os aspectos legais, a participação da família no processo de cuidado e inclusão social, bem como as representações sociais aliadas ao processo de enfrentamento frente à deficiência.

Entre as pesquisas relacionadas a essa temática, destaca-se o estudo de Alves (2012), que discutiu as representações sociais de jovens com deficiência física e a relação dessas com a qualidade de vida deles. A pesquisa de Costa (2012) abordou o ato de cuidado estabelecido por familiares de crianças com Paralisia



Cerebral e as repercussões desse nas esferas sociais, culturais e econômicas e, por fim, o estudo de Ioca (2011) ressaltou os aspectos legais e os direitos do indivíduo frente ao processo de inclusão escolar.

Em relação ao cuidado, as vivências familiares aparecem como foco central as atividades desempenhadas pela figura materna das crianças com Paralisia Cerebral. Os pesquisadores apontam dificuldades e mudanças ocorridas no contexto familiar decorrentes da existência desse tipo de deficiência, dentre as quais o fato de que as mães abandonam seus trabalhos e ocorre uma diminuição da rede social da família. O estudo de Marchi (2012), por exemplo, teve relevância por enfatizar pesquisas que mencionam a respeito da qualidade de vida dos cuidadores de crianças com deficiência física. Os resultados demonstraram que os familiares apresentaram uma qualidade de vida diminuída, principalmente em relação aos domínios da dor e limitações físicas, bem como maiores problemas de desempenho ocupacional, em relação às áreas de lazer e produtivas (trabalho).

Nesse contexto, um dos contrapontos encontrados se destaca entre os resultados da pesquisa de Pereira (2011), que relata que as estratégias de enfrentamento (*coping*) utilizadas pelas mães de crianças com paralisia cerebral estão o *coping* religioso/espiritual. Para enfrentar as situações vivenciadas e diminuir o estresse, as mães pelo *coping* religioso/espiritual buscam um novo significado e outras formas de suporte social.

Na escola, alguns professores nos seus relatos sobre essas crianças culpabilizam a família por descaso com a criança, não conseguindo compreender a complexidade das relações familiares.

Considerando esses aspectos, várias pesquisas do Portal Online apontaram a necessidade de propiciar práticas humanizadoras e buscar a participação de equipes multiprofissionais, a fim de proporcionar orientações e suporte emocional e/ou social para essas famílias e crianças com deficiência física (MELO, 2011; SANTOS, 2011; SILVA, 2011; POLITA, 2012).

Torna-se importante ressaltar que as análises aqui apresentadas referentes a essas categorias comportam apenas uma parte do universo catalogado no Portal online de Inclusão escolar, no entanto, as pesquisas aqui comentadas demonstraram uma relação direta da Deficiência Física com o processo de inclusão escolar e a parceria entre profissionais da Saúde e Educação nos diversos contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a saúde são campos de conhecimentos estanques, mas possuem vínculos tangíveis que precisam ser enriquecidos de forma recíproca. As possibilidades de aproximação se delineiam fortemente no



campo da Educação Especial, na sua perspectiva inclusiva, uma vez que a presença de crianças e jovens com comprometimentos físicos cada vez mais vem demandando da escola atenção e cuidados em relação à saúde desses estudantes. Interrogadas algumas pesquisas sobre a temática da Deficiência Física, as análises aqui apresentadas revelaram que o campo de interesse dos pesquisadores aparece prioritariamente ligado ao processo de Avaliação Diagnóstica, as Tecnologias Assistivas e Acessibilidade e as Relações interpessoais, o que nos leva a concluir, para esse público, especificamente crianças e jovens com deficiência física, que as demandas ligadas à saúde e às formas de acessibilidade ainda preponderam sobre as práticas educacionais inclusivas e a formação de professores.

Para concluir, é importante relembrar que do total de estudos dispostos no Portal Online de Inclusão Escolar somente 7,5% se relacionam a esse público-alvo, o que nos leva a crer que pouco se tem pesquisado sobre a Deficiência Física na interface entre a educação e a saúde. Se, por um lado, esse número revela que o tema é reconhecido pelos pesquisadores, por outro lado, faz-se necessário ampliar o universo do conhecimento com produções científicas mais direcionadas à Deficiência Física, quantitativa e qualitativamente, visando articular a interface entre esses campos de conhecimento.



REFERÊNCIAS

ALVES, F. P. **Deficiência física adquirida em decorrência da violência física: representações de adolescentes e jovens.** 2012. f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Estadual do Paraíba, Paraíba, 2012.

ANDRADE, P. M. DE O. **Avaliação da funcionalidade em crianças com disfunções neurológicas usando a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF) como referência.** 2012. Tese (Doutorado em Neurociências) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ARAÚJO, C. A. G. de. **Os efeitos do trabalho colaborativo na inserção de alunos com deficiência física nas escolas do Rio de Janeiro.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, A. A. T. B. **Além do corpo: uma experiência em arte/educação.** 2012. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BERSCH, R. **Introdução ao conceito de tecnologia assistiva.** Disponível em: <http://www.assistiva.com.br>. Acesso em: 2 out. 2017.

BERSCH, R. Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva. *In*: Ministério da Educação do Brasil, Secretaria de Educação Especial. **Ensaio Pedagógico**. Brasília, 2006.



BORGES, M. B, S. E. **Efeitos de um simulador de montaria no controle postural de crianças portadoras de paralisia cerebral.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRANDÃO, M. de B. **Uso das mãos por crianças com paralisia cerebral: contextos e intervenções.** 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Reabilitação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 3/09/2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 3/09/2020.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1999.

CAMPOS, R. C. P. de. **Deficiência visual e inclusão escolar: desfazendo rótulos.** Curitiba: CRV, 2016.

CODOGNO, F. T. de O. **Influência do mobiliário na coordenação motora fina e no controle postural de alunos com paralisia cerebral.** 2011. f. Tese (Doutorado em Ensino na Educação Brasileira) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

COSTA, E. M. A. **Paralisia cerebral: o significado do cuidar no contexto de famílias de camadas populares.** 2012. f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa- MG, 2012.

CUNHA, S. N. S. da. **Modelagem de um jogo digital para atividades de vida diária aplicado a criança com paralisia cerebral.** 2011. f. Dissertação (Mestrado em Engenharia, Tecnologia e Gestão), Faculdade de Tecnologia Senai Cimatec, Salvador - Bahia, 2011.



FERREIRA, M. I. de J. **Tecnologia assistiva para crianças com paralisia cerebral sem oralidade:** avaliação da comunicação durante atividades com jogos digitais. 2011. f. Dissertação (Mestrado em Engenharia, Tecnologia e Gestão), Faculdade de Tecnologia Senai Cimatec, Salvador-Bahia, 2011.

IOCA, A. R. **A inclusão social da criança com deficiência:** paralisia cerebral (PC). 2011. f. Dissertação (Mestrado em Direito), Instituição Toledo de Ensino, São Paulo, 2011.

KUPFER, M. C. *et al.* **Tratamento e escolarização de crianças com distúrbios globais de desenvolvimento.** São Paulo: Ágalma, 2000.

LIMA, V. C. DE. **Análise das interações professor-aluno com paralisia cerebral no contexto da sala de aula regular.** 2011. f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

LOIOLA, L. J. S. L. Contribuições da pesquisa colaborativa e do saber prático contextualizado para uma proposta de formação continuada de professores de educação infantil. *In:* Reunião anual da ANPED, 28, Caxambu, 2005. **Anais.** Caxambu, 2005. p. 1-16. CD-ROM.

LOPES, C. A. O. **O brincar e a criança com deficiência física na educação infantil:** o que pensam as crianças e suas professoras. 2012. f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

LOURENÇO, G. F. **Avaliação de um programa de formação sobre recursos de alta tecnologia assistiva e escolarização.** 2012. f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MAIA, E. T. **A dança como instrumento de intervenção neuropsicológica em crianças com encefalopatia crônica não progressiva:** um estudo etológico não controlado. 2012. f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.



MARCHI, A. P. L. **Desempenho ocupacional e habilidades sociais de cuidadores:** grupo de suporte com foco educativo. 2012. f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2012.

MARTINS, D. S. **Design de recursos e estratégias em tecnologia assistiva para acessibilidade ao computador e à comunicação alternativa.** 2011. f. Dissertação (Mestrado em Design Industrial) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S.; SOUSA, S. M. Z. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica**, v. 5, n. 9, p. 96-108, 2000.

MELO, E. V. de. **Cuidado centrado na pessoa:** novo paradigma clínico e técnicas de promoção humana para crianças com paralisia cerebral. 2011. f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Fortaleza, Fortaleza, 2011.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006.

MENDES, E. G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. **Educação em perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez 2012.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. *In*: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. **Escola Inclusiva**. São Carlos: Edufscar, 2002. p. 61 - 85.

MENEGHELLI JUNIOR, E. **Processos de subjetivação de professores com deficiência:** experiências de inclusão. 2011. f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, Santa Catarina, 2011.

MIRON, E. M. **Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado:** possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

MOREIRA, M. C. **A utilização da realidade virtual como intervenção terapêutica para a melhora do controle postural e da mobilidade funcional em crianças com paralisia cerebral.** 2012. f. Dissertação (Mestrado em Fisioterapia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NASCIMENTO, Y. P. do. **A acessibilidade do aluno com paralisia cerebral às escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Goiânia.** 2012f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

NICKEL, E. M. **Sistematização da implementação de tecnologia assistiva para o contexto educacional.** 2012f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

NUBILA, H. B. V. D.; BUCHALLA, C. M. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Rev. Bras. Epidemiol.** v. 11, n. 2, p. 324-335 2008.

OLIVEIRA, A. K. C. DE. **Repertório funcional de crianças com paralisia cerebral:** a perspectiva de cuidadores e profissionais. 2012. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PAIXAO, G. M. da. **Procedimento de ensino e teste de leitura recombinativa para crianças com paralisia cerebral.** f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2012.

PEREIRA, A. R. P. de F. **As estratégias de coping (enfrentamento) e o significado do cuidado para as mães cuidadoras de criança com paralisia cerebral.** f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.

POLITA, N. B. **Experiências de famílias de crianças com paralisia cerebral.** 2012. f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.



REZENDE, R.; DANTAS, V. L. de A. Apresentação da série Saúde e educação: uma relação possível e necessária. *In: Saúde e Educação: uma relação possível e necessária*. Brasília: Ministério da Educação (Salto para o Futuro), 2009.

REZIO, G. S. **Independência funcional, motricidade e participação escolar e suas relações no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral**. f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) - Pontifícia Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

ROSENBAUM, P. et al. A report: the definition and classification of cerebral palsy. *Dev. Med Child Neurol Suppl.*2007 .

RUSSO, J. B. **Educação inclusiva de alunos com deficiência física: reflexões e desafios dos professores na escola pública**. f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Formas de atendimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SAMESHIMA, F. S. **Capacitação de professores no contexto de sistemas de comunicação suplementar e alternativa**. f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

SANTOS, E. R. **Paralisia cerebral: repercussões no contexto familiar**. f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SCHAFFNER, C. B.; BUSWELL, B. Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. *In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 69-85

SCHIRMER, C. R. *et al.* **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SENNA, C. E. **Tecnologia Assistiva nas classes comuns do Ensino Regular: contribuições no design de sistemas de mobilidade infantil para auxílio nas interações sociais**. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.



SILVA, A. DE A. C. **Validação de uma bateria de testes de habilidades motoras para atletas de handebol em cadeira de rodas.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, C. C. B.; MOLERO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. A interface entre saúde e educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, jan./abril de 2016.

SILVA, G. P. DA. **Tecnologia assistiva como apoio à ação docente.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2012.

SILVA, R. L. M. da. **Um olhar bioecológico sobre os efeitos da comunicação alternativa na interação professor-aluno com paralisia cerebral.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2011.

SILVA, Z. DE C. S. **Alunos com paralisia cerebral no ensino fundamental regular: percursos e práticas escolares em uma rede educacional municipal do litoral paulista.** Dissertação (Mestrado em Sociais e Humanidades) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

SPILLER, M. G. **Avaliação de uma prancha ortostática para o aluno com paralisia cerebral em situação de atendimento.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

TEYMENY, A. A. **Avaliação do conteúdo dos instrumentos de qualidade de vida aplicados em crianças e adolescentes com paralisia cerebral de acordo classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF).** Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VIEIRA, E. dos A. P. **A fisioterapia na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral: uma discussão sobre o que dizem as famílias, os fisioterapeutas e os professores.** Dissertação (Mestrado em Sociais e Humanidades) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.



VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Rev. bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abril, 2014.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.